

ATA NÚMERO 9

Sessão Ordinária de 28 de abril de 2023

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Regimento, para ter início às vinte horas e trinta minutos, com a seguinte ORDEM DO DIA: -----

- 1. Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento; -----
- 2. Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao segundo semestre de 2022** - (Registo n.º 9341/2023/04/20) – Para conhecimento; -----
- 3. Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2022** – (Registo n.º 2910/2023/04/12); -----
- 4. Segunda alteração modificativa (revisão) às Grandes Opções do Plano e autorização de repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual** – (Registo n.º 2931/2023/04/12); -----
- 5. Plano Municipal de Gestão de Resíduos para aprovação e abertura de procedimento de contratação para a Prestação de Serviços para Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos, Limpeza e Varredura Urbana e Manutenção de Espaços Verdes e dos Trilhos dos Castanheiros e Azenhas, Senhora do Vau e da Ecopista** – (Registo n.º 7812/2023/04/03);-----
- 6. Código Regulamentar do Município de Amarante** - Ocupação do espaço público com esplanadas, estrados, guarda-ventos, toldos, floreiras, vitrinas, expositores, arcas e máquinas de gelados, brinquedos mecânicos, contentores para resíduos e equipamentos similares – (Registo n.º 2616/2023/03/29);-----
- 7. Código Regulamentar do Município de Amarante** – Aprovação do regulamento do Cine-Teatro de Amarante – (Registo n.º 72/2023/01/04); -----
- 8. Taxas devidas pelas lojas do mercado municipal** – Não atualização automática, no ano de 2023 - (Registo n.º 2875/2023/04/11); -----
- 9. Cedência de parcela de terreno para integrar o domínio público municipal, na Rua das Searas, União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina)** – (Registo n.º 1833/2018/02/21);-----
- 10. Cedência de parcelas de terreno para integrar o domínio público municipal, na freguesia de Candemil** - (Registo n.º 2908/2023/12/12); -----

11. Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações | Relatório anual | 2022 - (Registo n.º 1296/2023/02/14) – Para conhecimento; -----

12. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Relatório de avaliação do ano de 2022 – (Registo n.º 2805/2023/04/05) – Para conhecimento; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado pelo Primeiro Secretário, Carlos Marques da Silva Macedo, e pela Segunda Secretária, Sara Moreira Machado, nos termos do disposto no artigo 3.º do Regimento. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes o/as seguintes membros: -----

----- Miguel André Carvalho Varejão, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Pedro Manuel Pinto Ribeiro, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, João Carlos Santos Leite, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara Luísa Magalhães Maia, Joaquim Augusto Teixeira, Carlos António Silva Carvalho, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Maria de Lurdes Pinheiro Coelho, Carlos Alberto Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Bastos Marinho Batista, Ana Margarida Fernandes Carvalho, Jorge Miguel Moreira da Silva, José Augusto Oliveira Araújo e Zita Graça Teixeira Pereira. -----

----- Presidentes de Junta de Freguesia: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gondar – Hugo Luís Teixeira Vaz; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – António Manuel Carvalhais Ribeiro, em substituição de Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Cláudia Conceição Ferrás de Moura, em substituição de Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Meã – Lino dos Santos Macedo; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Fátima Elisabete Barbosa Mendes, em substituição de Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Freixo de

Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro. -----

----- Pediram a substituição, e/ou justificaram a respetiva falta, o/as senhore/as deputado/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Miguel André Carvalho Varejão, Ercília Gonçalves Costa (substituída por Pedro Manuel Pinto Ribeiro), André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães (substituído por Joaquim Augusto Teixeira), Simone Guedes Oliveira (substituída por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), Estefânio Cirilo Sousa Pinto (substituído por Inês Brochado Bastos Marinho Batista), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por Jorge Miguel Moreira da Silva), Presidente da Junta de Freguesia de Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva (substituída por António Manuel Carvalhais Ribeiro), Presidente da Junta de Freguesia de Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes (substituído por Cláudia Conceição Ferrás Moura), Presidente da Junta da União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Magalhães (substituído por Fátima Elisabete Barbosa Mendes), Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã do Marão – Rui Filipe Silva Coelho e Presidente da Junta da União da Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão - Américo Paulo da Silva Ribeiro. -----

----- A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelo/as senhore/as vereadore/as: Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Sílvia Isabel Brochado Araújo, Adriano Teixeira Alves dos Santos e Carlos Manuel Azevedo Pereira. -----

----- Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte e uma horas, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, passando-se imediatamente ao período de -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- De imediato, nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 8, respeitante à sessão ordinária de 25.02.2023, tendo o senhor Presidente da Assembleia pedido dispensa da sua leitura, em voz alta, uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática. De seguida, informou que recebera uma comunicação prévia do senhor deputado Torcato Ferreira, que solicitava a alteração de alguns parágrafos, nas páginas 36, 42, 44 e 45. No seguimento do pedido, e após nova audição da gravação, foram efetuadas as correções, sendo enviadas por correio eletrónico para o senhor deputado, que telefonou a dizer que as alterações iam de

encontro ao pretendido. Foi também dado conhecimento das mesmas alterações ao senhor deputado António Araújo, porque também estavam em causa intervenções da sua autoria, que também deu a sua anuência. -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS,** solicitou uma correção na página 14, segundo parágrafo, na sua intervenção, onde se lê "... senhor Presidente da Câmara, se aquando da consulta pública dos planos de investimento da Câmara...", deve ler-se "... senhor Presidente da Câmara, se aquando da consulta pública dos planos de investimento da ferrovia...". -----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho do Grupo Político Municipal do PSD,** solicitou que fosse dado conhecimento ao plenário das alterações pretendidas pelo senhor deputado Torcato Ferreira. -----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o pedido enviado pelo senhor deputado Torcato Ferreira:** -----

----- "Ponto 1 - Relatório de atividades e situação financeira do Município, página 19, 19.ª linha, substituir a expressão "acervo geográfico" por "acervo museográfico". -----

----- Ponto 7 - 1.ª Alteração ao mapa de pessoal do ano de 2023, página 36, linhas 7.ª e 8.ª, quando da minha intervenção eu não questionei o Sr. Deputado Dr. António Araújo se sabia ou poderia afirmar se iriam ser celebrados protocolos até final do ano. -----

----- A minha intervenção foi no sentido de afirmar e não questionar, conforme o Sr. Deputado tinha declarado perentoriamente na sua comunicação anterior, que o Sr. Deputado António Araújo sabia da intenção do executivo municipal em celebrar os referidos protocolos até ao final do ano, sendo esse o problema, pois ele sabia e os dirigentes das instituições não sabiam. -----

----- Nota: não tendo a certeza quais as palavras exatas que foram proferidas sobre este assunto, a ideia geral foi aquela, pelo que proponho uma nova audição da gravação da reunião. -----

----- Ponto 8 - Aprovação da Carta Social de Amarante, página 42, a partir da 20.ª linha, o Sr. Deputado António Araújo não afirma, conforme consta da ata, que "as competências na área social ainda são da esfera do governo, as câmaras municipais só têm algumas". A afirmação clara do Sr. Deputado António Araújo é que as autarquias só têm competências na área social a partir desta transferência de competências por parte do governo. -----

----- Nota 1: Não tendo a certeza quais as palavras exatas que foram proferidas

sobre este assunto, por parte do Dr. António Araújo, a ideia geral foi aquela, pelo que proponho uma nova audição da gravação da reunião.-----

----- Nota 2 – Faço esta ressalva, pois caso contrário, não faria sentido a minha intervenção seguinte, que também merece reparo. -----

----- Página 44, a partir da 13.ª linha, a minha intervenção incidiu na circunstância de que se fosse como o Sr. Deputado Dr. António Araújo tinha afirmado, que as autarquias só passaram a ter competências na área social a partir desta transferência de competências, todas as deliberações nesta área, ao longo dos anos, teriam de ser consideradas nulas. -----

----- Nota: Mais uma vez sugiro nova audição da gravação. -----

----- Página 44, a partir da 20.ª linha:-----

-----"O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção: -----

----- Em resposta ao senhor deputado António Araújo, quero dizer que o Grupo Municipal do PSD, certamente, levou este puxão de orelhas e espero que da próxima vez não vote de forma diferente em dois organismos em que têm assento." -----

----- Nota: Esta intervenção pertenceu ao Sr. Deputado Dr. Cândido Zoio e não à minha pessoa." -----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou:** -----

----- "Relativamente à intervenção do senhor deputado António Araújo, plasmada na página 44, efetivamente, este afirmou inicialmente que as competências na área social eram da esfera do governo e que, em abril, seriam transferidas para as autarquias. Contudo, de seguida, afirmou que as câmaras municipais já tinham algumas competências nesta área. Para que não subsistissem dúvidas transcreveu-se na íntegra o que constava da gravação. -----

----- Com efeito, foram plasmadas as alterações que se referiu antes, tendo sido enviado a ambos os intervenientes, os quais manifestaram a sua concordância com as mesmas." -----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Uma vez que foi reportado algo relativamente à minha pessoa, queria dizer que, normalmente, as atas corrigem-se aqui, mas foi usado um procedimento prévio, não faz mal nenhum. Portanto, ainda bem que as reuniões são gravadas. ---

----- Eu assumo sempre, já o disse aqui antes, tudo o que aqui digo, seja certo ou errado, conveniente ou inconveniente. Não entro na moda do *não foi isso que eu disse*. Não, tudo o que eu disser pode ficar na ata. Eu assumo tudo o que disser

aqui, seja bom ou seja mau para mim. Embora a lei diga que as atas fazem o resumo do que mais importante se passa nas reuniões, havendo dúvidas, concordo com o procedimento adotado, pelo que concordei que fosse transcrito integralmente o que eu disse. -----

----- Senhor Presidente, felicito-o por este procedimento, ainda bem que as reuniões são gravadas, para que, havendo dúvidas, se possa ouvir de novo. Portanto, no futuro, pode transcrever integralmente o que eu disser.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Só uma nota prévia, em relação a esta questão que eu levantei e penso que agi com o procedimento que deve ser o normal. Enfim, não querendo que as assembleias municipais se tornem num exercício enfadonho, a corrigir ponto por ponto, mas, na leitura da ata, detetei um conjunto de imprecisões que lá constavam e mandei um email a solicitar a sua correção. Quero dizer-lhe, Dr. Araújo, que eu pedi para alterar aquilo que foi a sua intervenção, porque na inter-relação e na troca de argumentos que ambos tivemos, na anterior Assembleia Municipal, se não estivesse aquilo que o senhor tinha dito, também não faria sentido aquilo que eu disse a seguir, que também não estava exatamente como como eu tinha proferido. Por isso é que eu pedi para retificar aquilo que o senhor tinha dito, quer no conteúdo, quer na forma, como também pedi para alterar aquilo que eu tenha dito e que também não estava lá devidamente plasmado, após uma troca de argumentos. Eu não quero que as atas sejam um exercício de transcrever, *ipsis verbis*, tudo o que é dito. O que é certo é que, em tudo o resto está *ipsis verbis* tudo aquilo que é dito, naqueles pontos em concreto estava apenas um resumo que, na minha perspetiva, não estava o mais adequado. Foi este o exercício que eu fiz. Foi essa a proposta que eu fiz e fico contente por toda a gente concordar com o mesmo.” -----

----- Efetuadas as alterações antes mencionadas, procedeu-se à votação da ata da sessão de 25.02.2023, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação da ata, por terem estado ausentes da respetiva reunião, o/as senhores/as: Jorge Miguel Moreira da Silva, Alfredo Teixeira Carvalho - União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo, António Manuel Carvalhais Ribeiro - Freguesia de Rebordelo, Cláudia Conceição Ferrás de Moura - Freguesia de Salvador do Monte e Fátima Elisabete Barbosa Mendes - União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei. -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento.-----

-----Seguidamente, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento).-----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Queria fazer aqui um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, sobre um assunto que tem vindo a público, pelo menos a informação da correspondência aqui referida menciona uma carta de uma empresa. Na reunião da Câmara Municipal, do dia 03.04.2023, foi votado o ponto 15, sobre a deliberação 129/2023, que se refere à adjudicação da empreitada de construção do Pavilhão de Vila Meã. Os vereadores do Partido Socialista votaram contra esta adjudicação. Não porque estavam contra a obra, longe disso, aliás, é uma obra essencial; não porque tenham algo contra a empresa, longe disso, porque as duas empresas que estão em causa são de Amarante. Mas porque aquele processo, segundo os vereadores do Partido Socialista, estava ferido de ilegalidade, pura e simplesmente por uma coisa: é que o gerente da empresa projetista tinha relações familiares de primeiro grau com a empresa executora do projeto e, portanto, pelo código dos contratos públicos, em nosso entender, é ilegal. Portanto, os vereadores do Partido Socialista votaram contra, e bem, fazendo cumprir a legalidade do procedimento. Certo é que, no mesmo dia dessa reunião, em Vila Meã, concretamente, começou a contra informação, dizendo-se que o Partido Socialista é contra o pavilhão, omitindo aquilo que era o essencial, o porquê de estar contra o pavilhão. Portanto, o que eu peço ao Senhor Presidente de Câmara é se confirma aquilo que eu acabei de dizer, se os vereadores do Partido Socialista votaram contra esse ponto, pura e simplesmente, porque notaram que havia ilegalidade no procedimento.”-----

----- **O senhor deputado José Augusto Araújo, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Estamos a cerca de um mês, ou um mês e meio, da abertura da época balnear. Em 2019, foram abertas umas piscinas em Mancelos, freguesia da qual eu sou natural, fruto da conclusão da primeira fase de um projeto. Essas piscinas, nesse mesmo ano, estiveram em funcionamento durante cerca de três semanas, em setembro de 2019, e não reabriram. E, logicamente, em 2021 e 2022, não podiam abrir, porque estávamos em plena pandemia. Essa obra, lá em Mancelos, não foi consensual, o que é natural. Mas hoje é consensual e todos perguntam

porque é que as piscinas foram construídas? É que só foram usadas durante três semanas. Havia uma grande expectativa que, em 2022, abrissem, mas a expectativa foi igual à desilusão, porque não voltaram a abrir. Eu não estou aqui para questionar o valor da obra, nem a relevância da obra. Já disse que essa obra não foi consensual, mas é consensual, hoje em dia, a questão do que é que aquela obra lá está a fazer, porque ninguém a usa. E a pergunta que eu faço, senhor Presidente, é se este ano as piscinas vão abrir? Se vão abrir, em que moldes? Ou se, pelo contrário, o senhor Presidente está a aguardar pela conclusão da segunda fase do projeto para proceder à abertura. Sei também que o Presidente da Junta de Freguesia de Mancelos está recetivo a tomar conta do espaço, desde que as condições de funcionamento do mesmo estejam devidamente garantidas. Termina, senhor Presidente, também para dizer que a população não se importa de ajudar no funcionamento da piscina, se for esse o caso, pois querem é a piscina aberta e querem usufruir dela.” -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Venho aqui perguntar ao senhor Presidente, relativamente ao arranjo urbanístico da Avenida General Silveira. De facto, tenho que o dizer, que, pessoalmente, gosto da mesma, não tenho nenhum reboço em admitir que é uma obra bonita -, mas o que eu pergunto não é se ela é bonita ou feia, eu pergunto se vai haver ali trânsito ou não? Ora bem, como neste ponto eu tenho que tentar adivinhar o que o senhor Presidente vai responder e não querendo ficar prejudicado na minha curiosidade sobre esta matéria - porque há aqui um bloqueio, do qual eu já falei anteriormente, que neste período não faz sentido nenhum o facto de não ter possibilidades de conversar consigo, nem ter direito ao contraditório, que é uma regra elementar de um Estado de direito democrático - e por isso, admitindo que o senhor vai dizer que haverá trânsito, questiono-o, senhor Presidente, olhando para aquilo, não vejo marcas capazes para circular o trânsito. Eu não sou nenhum especialista em trânsito, aliás, nem em trânsito nem em nada, mas, pessoalmente, gostava que me esclarecesse sobre esta questão. Depois, faz-me uma certa confusão que, se fosse em dois sentidos, como é que circulava o trânsito entre duas rotundas? Bom, resolvida que está esta questão, vou perguntar também ao senhor Presidente sobre as obras do Largo de São Gonçalo, que estão há cerca de três semanas paradas. Pergunto, qual é a razão para este facto? E chamo a atenção que estamos numa época em que vem muita gente visitar o Município de Amarante. Julgo que têm um prazo de execução de 180 dias, pelo que, se se prolongarem durante o verão, numa zona nobre e de maior atração turística do

município, enfim. Finalizando, senhor Presidente, relativamente à iluminação pública, a zona do «Centro Pastoral» e do «Modelo» está, neste momento, com um *déficit* bastante grande.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Respondendo às questões que me foram colocadas, relativamente ao pavilhão de Vila Meã, foi dito aqui que a adjudicação está ferida de ilegalidade. Eu não digo isso, pois há um júri que avaliou e que se pronunciou, sendo que eu nunca interfiro no trabalho do júri. E sei que agora está reportado, independentemente de os senhores vereadores terem dúvidas; com certeza, votaram de acordo com essas dúvidas, isso é legítimo. Portanto, o que vai acontecer agora é que o procedimento seguinte é enviar para o Tribunal de Contas, o qual se vai pronunciar. Admito que tenham essas dúvidas, por isso é que foi pedido um parecer externo sobre esta questão. Agora, mesmo com o parecer externo, se o Tribunal de Contas disser que está mal, então altera-se o que tiver que se alterar. Eu quero acreditar que não. Se tiver de alterar, aí vai atrasar. -----

----- Sobre o que se diz em Vila Meã, eu não ouvi nada, nem foi de mim que saiu nada, os senhores seguramente estarão mais atentos a essas matérias. Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado José Araújo, os serviços estão agora a analisar uma situação de uma associação juvenil que, segundo me parece, poderá fazer a gestão daquele equipamento. Acredito que, dentro de muito pouco tempo, a questão estará resolvida.-----

----- Quanto à questão do meu amigo José Joaquim, por enquanto, até setembro, a Avenida General Silveira não vai ter trânsito, portanto, vai-nos permitir refletir sobre o assunto até lá. Como sabem, desde há muitos anos, em junho, julho e agosto o trânsito está fechado no centro da cidade e, portanto, não faz sentido estarmos a abrir quinze dias ou três semanas para depois encerrar. Fica encerrado, até por causa de uns testes que vão ser feitos e, mais tarde, abrir, apenas para peões e trânsito de acesso ao hotel e habitações. Se, eventualmente, vier a ter trânsito, será só num único sentido. Mas isso é algo que ainda poderemos discutir; terei muito gosto em debater este assunto convosco, porque acho que a cidade é de todos e todos temos que fazer a cidade. Há uma questão pertinente que falou, sobre a sinalética, na hipótese de haver trânsito. Existe um tipo de sinalização, com sensores, que aponta, digamos, a orientação e o sentido de trânsito. Também será fácil, porque é uma rua que vai ter esplanadas e, portanto, de forma intuitiva, as pessoas vão saber qual é o percurso a seguir, mas, mesmo assim, acho que é uma questão de bom senso e isso está a ser estudado. Relativamente ao Largo de São

Gonçalo, primeiro fazer um esclarecimento de que este é um processo que gostávamos de ter começado alguns meses antes, mas a burocracia inerente aos concursos públicos só o permitiram agora. Nesta como em muitas obras, tal como ainda há pouco se falou do pavilhão de Vila Meã, que já devia ter começado e estar quase concluído. No caso das intervenções no centro da cidade, não é de agora, demora muito mais tempo, mais do que aquilo que é a nossa perspetiva, em termos temporais, porque temos sempre várias questões, nomeadamente por causa da zona de proteção, que leva a perdas de tempo, especialmente quando acontecem escavações. Apesar deste atraso que se verificou no arranque da obra, nós procuramos acautelar que, no fim-de-semana das Festas do Junho, pelo menos, a laje da casa de banho fique pronta e possamos tirar as guardas, metendo uma plataforma para, em segurança, ter a praça toda liberta. Esse era o compromisso que tínhamos e acredito que ainda vamos poder cumprir. Aconteceu que, quando se fez as escavações, houve ali um pormenor técnico, que obrigou a fazer uma torção na casa de banho, pelo que teve de ser remetido novamente à DRCN, para aprovação. Estas questões com a DRCN são assim, tal como aconteceu com o elevador, que não queríamos desta forma, mas a DRCN obrigou-nos a tal. Enfim, não vou agora tecer mais considerações, porque todos vocês sabem bem qual é a realidade de algumas entidades que mandam nos territórios. Portando, eu quero acreditar que, na próxima terça-feira, irá arrancar e que iremos, pelo menos, durante as festas da cidade, poder usar a praça, com as devidas precauções, permitindo que, na sexta-feira à noite, que é um dia emblemático para os amarantinos, aquela praça tenha outra escala e não aquela que tem neste momento. -----

----- Relativamente às luminárias, agradeço o alerta, pelo que vou tentar perceber o que é que se passa, sendo talvez uma fase que caiu. Hoje mesmo vou enviar uma sms." -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra o senhor António Adelino, que colocou as seguintes questões: -----

----- Alertou para o estado de um muro, junto ao Tribunal, próximo das escadas que dão para a ponte nova, o qual estará a ceder; -----

----- Perguntou se a direção da associação faz a doação da casa de Teixeira de Pascoaes. Disse que, no caso da casa de Agustina Bessa-Luís, existe voluntarismo, mas a família não a cede, nem sequer o espólio. A verba para esse fim daria para adquirir a casa de Pascoaes, sugeriu. -----

----- Perguntou sobre a situação da casa de Dom Vieira Pinto, ex-bispo de

Nampula, cujo centenário do seu nascimento ocorre em 08 de dezembro do corrente ano; -----

----- Falou sobre a questão da alegada dívida à EDP, abordada na sessão ordinária de dezembro de 2022, afirmando que, relativamente ao ex-presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim Teixeira, apesar de ter sido seu adversário político, sempre o estimou, porque, independentemente de ser de esquerda ou de direita, considerava-o um homem às direitas. Estabeleceu um paralelismo com o também ex-presidente da Câmara, Armindo Abreu, afirmando que também se levantou uma calúnia ao associar-se o cargo que viera a ocupar na empresa Águas do Norte à concessão do serviço de abastecimento de água pela Autarquia. Mas, a razão da concessão da água foi porque a câmara não poderia candidatar-se a fundos europeus, caso mantivesse aqueles serviços sob a sua gestão. -----

----- Falou também sobre medidas do governo, como o apoio de 125€ a todos os cidadãos, a redução do IVA nos alimentos e a oferta de livros, que considerou injustas, por não serem equitativas e não ajudarem apenas quem precisa. -----

----- Sobre o evento MIMO, afirmou não ter gostado da atitude da empresa por o ter retirado de Amarante e agora voltar novamente para este concelho. Citou uma metáfora do marido traído que acaba por aceitar viver novamente com a esposa, dito na gíria popular "o corno manso". -----

----- **O senhor Presidente da Câmara, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- "Relativamente ao muro próximo do Tribunal, agradeço a chamada de atenção. -----

----- Quanto à questão da aquisição da casa de Agustina Bessa-Luís, não percebi, mas enfim, de toda maneira, se a Câmara tiver capacidade para a comprar, por um preço razoável, com certeza que terá muito gosto em comprar, mas isso não é nenhuma promessa é algo que temos todos de refletir, porque não basta comprar, é preciso depois fazer obras e conseguir financiamento. -----

----- No que respeita à casa do antigo Bispo de Nampula, como sabem, havia um empréstimo para a adquirir, por 130.000€, julgo eu. Mas esta operação acabou por não acontecer, devido ao facto de a casa pertencer a uma ordem religiosa, de Nampula. -----

----- Não vou entrar na questão das águas. Toda a gente sabe a minha posição relativamente a isto e é verdade uma coisa que se disse sobre o acesso aos fundos comunitários, mas nós fomos enganados. A verdade é essa, toda a gente continuou a ter acesso a fundos comunitários, a subsídios e essa coisa toda, mas não vou fazer comentários relativamente a essa matéria." -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

1. Relatório de atividades e situação financeira do Município – Para conhecimento;

----- Inscreveram-se para usar da palavra os senhores: -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Este relatório tem vertida informação relativamente ao programa de apoio à habitação, aos benefícios do primeiro direito e, por isso, é altura de perguntar, Senhor Presidente, qual é o ponto de situação, neste momento, relativamente à estratégia local de habitação? E também gostava de lhe perguntar, senhor Presidente, neste âmbito, se estão já reunidas as condições para que o Município de Amarante elabore a sua carta municipal de habitação? A terceira questão tem a ver com uma pergunta que fiz na última sessão, no período de antes da ordem do dia. Como não fiquei satisfeito com a resposta, abordo novamente a questão da iniciativa Amarante Cidade de Música, das cidades criativas da Unesco. Se a memória não me atraiçoa, foi aprovada a integração, em outubro de 2017. Cinco anos depois, de permeio houve a pandemia e outros acontecimentos, tem razão, mas aquilo que tem vindo nos relatórios de atividades, nestes cinco anos, são meros apontamentos. Ou seja, fico com dúvidas quanto à dinamização deste projeto, um projeto que, de facto, teve muito impacto, mas não há grande informação sobre as ações e sobre as atividades que este projeto requeria. Aliás, se nós fizermos uma comparação entre a cidade da música e a cidade desportiva, esta sim, vemos em todos os relatórios um conjunto de ações que vêm sendo informadas pelo município. Por isso, senhor Presidente, a primeira questão é que me resuma, muito breve e telegraficamente, a questão do programa da cidade criativa da Unesco. A segunda, é quem dinamiza este projeto? Os serviços municipais ou alguma empresa externa?-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal** questionou o orador sobre qual a parte do relatório em que constava a referência ao evento "Amarante Cidade da Música".-----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----Eu posso dizer, sem detalhar a página, que refere que foram criados conteúdos nas redes sociais. Por isso, coloco esta questão."-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Com enquadramento no relatório de atividades de Câmara Municipal, a Sessão ordinária n.º 9, de 28.04.2023

questão do Festival Mimo, toda a gente sabe e o senhor Presidente da Câmara já o disse aqui, penso que na última sessão da Assembleia Municipal, que está a ser cumprida uma decisão do Tribunal. Portanto, não temos que fazer juízos de valor sobre isso. É um acórdão de última instância, que tem que ser cumprido. Eu acho que o período reservado ao público dá oportunidade e liberdade de expressão, e bem, todos achamos que é importante. Mas não pode ser para, ainda que metafórica ou indiretamente, vir para aqui produzir insultos. A expressão que aqui foi proferida não atinge diretamente a pessoa do senhor Presidente da Câmara, mas a todo o município. Portanto, ainda que metaforicamente, atinge todo o município e nós representamos o município. Acho que todos devemos contribuir para haver mais rigor; haver liberdade de expressão total, mas com as limitações do respeito para com o município de Amarante e a todos, na figura do senhor Presidente da Assembleia, do senhor Presidente da Câmara, dos senhores vereadores, todos as senhoras e os senhores deputados, todos as senhoras e os senhores presidentes de junta, portanto, é preciso fazer um esforço neste sentido. Sugiro acentuadamente que haja um esforço de não haver certas expressões que são dirigidas a todo o município e que nos afetam e nos ofendem a todos.”-----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agora a pergunta é para si: onde consta o Festival Mimo no relatório de atividades da Câmara Municipal?” -----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- “É óbvio que, quando se discute um relatório é sobre o que consta do mesmo relatório, não se discute mais nada. Não se discute outras coisas que eventualmente aconteceram no concelho, mas não estão plasmadas no relatório e que não tem nada a ver com a Câmara. Isto é o primeiro ponto. O segundo ponto é esta questão do senhor disse, o senhor não disse e esta discussão entre duas pessoas não me parece que seja benéfico para o exercício da Assembleia Municipal, que tem que se comportar com urbanidade. Se o quiser fazer, tudo bem, senão não estamos aqui a fazer nada. Eu, pelo menos, não estou. Portanto, quando perguntei ao senhor José Joaquim se constava do relatório, perguntei-o porque procurei e não vi. Andei à procura, ainda não vi, mas este relatório é grande e, naturalmente, é capaz de cá estar. De qualquer maneira, a questão é tão simples quanto esta, acho que nós devemos discutir as coisas com urbanidade e, acima de tudo, com dignidade. Agora, andarmos aqui a discutir uns com os outros, não vamos a lado nenhum.”-----

-----**O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Só para deixar a nota que, de facto, o que o senhor José Joaquim disse está plasmado no relatório, na parte do Departamento da Cultura. Mas o MIMO também é um festival de música e, portanto, não vejo qual é o problema de se referir o mesmo, no momento em que estamos a falar de atividade do município. Portanto, acho que não precisamos de estar a fazer este tipo de confusão, quando estamos a falar da atividade da Câmara Municipal, acho que o momento ficou esclarecido e não precisamos de estar a aprofundar a discussão."-----

-----**O senhor deputado José Joaquim Teixeira do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Eu não vejo, em nenhum momento - até subscrevo inteiramente a intervenção do senhor deputado António Araújo - nenhum mal. A questão é que o senhor Presidente da Assembleia foi rigoroso comigo. A questão foi para si, senhor Presidente, e não gostei da sua observação. E não nos vamos zangar por causa disso, mas acho que foi rigorosa relativamente àquilo que eu fiz e não teve o mesmo rigor com o senhor deputado António Araújo. Quanto ao resto, eu acho que até deve haver alguma flexibilidade na intervenção. Não tenho nada contra isso." --

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Relativamente à estratégia local de habitação, estamos à espera da aprovação de uma revisão ao documento, que sofreu alterações dos valores, por causa de algumas obras. Por exemplo, em habitações da comunidade cigana, bem como em Louredo e em escolas para conversão em habitações, a casa das paróquias, entre outros; e uma série de outros projetos que já estão identificados, julgo que vai abranger cerca de trezentas famílias. Vamos lançar um concurso por lotes para fazer os projetos e depois avançar, apenas aguardamos a aprovação do plano.-----

-----Sobre a questão das "cidades criativas da Unesco", vou pedir que coloquem no relatório todas as atividades neste âmbito. No entanto, há uma coisa que importa aqui referir - já o disse e volto aqui a referir -, este é um ano com menos atividade, porque, como sabem, temos um equipamento - estou a falar do Cineteatro - que já deveria estar pronto há mais tempo, também é verdade. Por esse motivo, ainda estamos a fazer a programação para este ano. No próximo, aí sim, já terá maior expressão, até porque este era um compromisso que o município de Amarante tinha, relativamente a este equipamento. Quanto a festivais, não me vou pronunciar agora, ainda há muita coisa que vamos ter que ver. A

programação cultural está a ser feita, para poder avançar quando houver condições para tal. De toda a maneira, comprometo-me a pedir ao Departamento da Cultura para incluir mais informação no relatório.”-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Senhor deputado José Joaquim, só quero esclarecer que, efetivamente, na página 17 do relatório de atividades é feita referência ao programa Amarante Cidade da Música. Não tinha visto, mas agora verifiquei que o único sítio onde aparece é na página 17.”-----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação. -----

2. Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao segundo semestre de 2022 -

(Registo n.º 9341/2023/04/20) – Para conhecimento; -----

----- O senhor Dr. Paulo Anjos, auditor externo, fez uma explanação do relatório em apreço, declarando o seguinte: -----

----- “Em primeiro lugar quero, desde já, agradecer a oportunidade que me é dada aqui pelo município de Amarante, de o auditor externo, o revisor oficial de contas vir aqui reportar uma parte do seu trabalho e o partilhar convosco. Entendemos que esta atitude e esta postura do alinhamento da Assembleia Municipal dignifica a prestação de contas. E naturalmente que os assuntos que os preocupam, os mais prementes, são coisas como as obras, a efetividade das operações e a sua concretização. Isso é perfeitamente natural e tendencialmente os assuntos das contas só surgem também para nós, auditores, quando as coisas correm mal, ou muito mal, e também esta oportunidade de darmos a cara sobre o nosso trabalho é para nós muito importante. Entrando agora numa parte mais técnica, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos a certificação legal de contas, o relatório e parecer do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira sobre as contas do município do exercício de 2022.-----

----- E aquilo que vimos aqui, convosco, partilhar naturalmente o sentido do nosso parecer e aquilo que são os números mais importantes sobre o vosso município. Em primeiro lugar, quanto à execução orçamental da receita corrente, no valor de 54.000.000€, nomeadamente quanto a 37.000.000€ de receita corrente e 17.000.000€ de receita de capital, o grau de execução geral da receita foi de 97%, no exercício de 2022. Em termos de despesa, o montante global ascendeu a 48.900.000€, sendo que 29.000.000€ respeita à despesa corrente e 19.800.000€

a despesa de capital. O grau de execução orçamental das receitas geral foi de 87%. No que concerne à análise da situação económica, a estrutura de rendimentos, demonstra que 56% dos rendimentos do município resultam das transferências e subsídios correntes obtidos, onde assume relevo preponderante as transferências relativas a fundos provenientes do orçamento de Estado. As receitas próprias, medidas as suas principais componentes, representam 34%, assim desagregado: relativamente a impostos, contribuições e taxas, temos 24%, no montante 9.800.000€. As vendas são residuais e as prestações de serviços e concessões representam cerca de 10%, no valor de 3.800.000€. Por sua vez, os outros rendimentos têm um peso na estrutura de rendimentos de 9,75%, ascendendo a 3.900.000€ e respeitam essencialmente a imputação de subsídios e transferências para investimentos de 2.000.000 €. Quanto à estrutura de gastos, as rubricas que têm maior peso sobre a estrutura de custos e perdas do município são os fornecimentos e serviços externos, que têm um peso de 28%, no montante de 11.000.000€. Os gastos com o pessoal e com os colaboradores do município, têm um peso 37%, concretamente 14.700.000€. Relativamente a uma rubrica técnica, que é o reconhecimento do desgaste dos bens de investimento, rubrica de depreciações e amortizações - também existe na contabilidade empresarial -, temos aqui um peso de 6.300.000€, de 16%. As transferências e subsídios concedidos têm um peso na estrutura de gastos de cerca de 5.000.000€ (13%), a estrutura de gastos do município, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, reflete primordialmente o consumo de combustíveis pelo município, e tem um peso global de 1.200.000€. Outros gastos, temos gastos de diversa natureza, residuais, que representam 1,6% da estrutura de gastos. Os juros e similares têm um peso na estrutura de gastos de 213.000€ (0,54%). Decorrente dos rendimentos e gastos aqui descritos, o resultado líquido do município, no ano 2022, foi positivo em 1.188.000€.

----- Entrando agora na análise financeira do município, esta análise financeira, centrando-se nas rubricas «dívidas a receber» e «dívidas a pagar», posicionadas no dia 31 de dezembro, temos uma totalidade de dívidas a receber de 824.000€ e as dívidas a pagar, no final de 2022, entre curto, médio e longo prazo, ascendem a 25.800.000€. As dívidas correntes de curto prazo, com uma maturidade de vencimento até um ano, representam 2.700.000€. Relativamente a fornecedores, o valor é de 146.000€. Relativamente a outros fornecedores de investimento, temos um montante global de 300.000€ e, finalmente, financiamentos obtidos, de curto prazo, temos o valor global de 1.800.000€. A dívida não corrente, de médio e longo prazo, representa 23.000.000€, a qual se desagrega, essencialmente, em

financiamentos obtidos, com o valor global de 20.000.000€; fornecedores de investimento, cerca de 500.000€; e, finalmente, as cauções depositadas no município têm um valor global de 2.000.000€. -----

----- Ainda relativamente à situação patrimonial do município, e tendo presente a análise do endividamento, nos termos da Lei n.º 73/2013, conclui-se que o município, em 2022, apresenta uma dívida total de operações orçamentais de 21.000.000€ e uma margem absoluta de endividamento de cerca de 24.500.000€. -

----- Conforme parecer que já emitimos e que já demos conhecimento em reunião do executivo, a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo executivo do município é de que elas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do município de Amarante, em 31.12.2022, e o seu desempenho financeiro e também os fluxos de caixa relativos ao exercício findo no ano 2022, de acordo com o sistema de normalização contabilística das administrações públicas, que já temos em vigor, pelo terceiro ano. -----

----- Face ao exposto, a nossa sociedade de revisores oficiais de contas, na qualidade de auditor externo do município, é de parecer que a Assembleia Municipal, que as senhoras e os senhores deputados municipais aprovem o relatório de gestão apresentado pelo executivo e as demonstrações financeiras e orçamentais, referentes ao exercício findo em 2022, e também a proposta de aplicação do resultado líquido contido no relatório de gestão. -----

----- Finalmente, também importante, o auditor externo e a minha equipa de trabalho felicitam os serviços do município de Amarante. Nós temos o prazer de colaborar, já há muitos anos, com diversos municípios e é com especial agrado que trabalhamos com os quadros, com os profissionais aqui do município de Amarante. Deixem-me dar uma nota muito positiva, eu sou também docente da auditoria da administração pública, no politécnico, vou conhecendo os profissionais, os alunos, a minha equipa também, e Amarante tem uma equipa de excelência. Por isso, também os nossos parabéns, porque é um município que dá cartas e, nesta área administrativa e financeira, para nós também é importante trabalhar com uma ótima equipa de trabalho e, de resto, desejos de uma continuação da boa jornada de trabalho da Assembleia e, mais uma vez, finalizo como comecei: obrigado pela oportunidade e tudo bom para vós, com saúde e também pelo melhor, pelo município." -----

----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação. -----

3. Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2022 – (Registo n.º 2910/2023/04/12); -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Carlos Miranda, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Os documentos de prestação de contas do ano de 2022, que agora debatemos, têm obviamente uma forte componente técnica, mas simultaneamente refletem as opções políticas e estratégicas do executivo da coligação Afirmar Amarante. E, como tal, não posso esconder a grande satisfação, ao analisar estes números que comprovam de forma clara a grande dinâmica realizadora e empreendedora deste executivo, alicerçada numa situação financeira e orçamental equilibrada. Neste contexto tão exigente, é extremamente relevante realçar que foi cumprido o princípio do equilíbrio orçamental, que exige que a receita corrente bruta deva ser, pelo menos, igual à soma da despesa corrente, com a amortização dos empréstimos. É igualmente relevante referir que este exercício económico corresponde ao que tem maior volume de receita arrecadada, cerca de 54.700.000€. Destaco também que, pelo terceiro ano consecutivo, foram liquidadas todas as faturas de fornecedores validadas, com entrada até 31 de dezembro; ou seja, o município terminou o ano de 2022 sem faturas por pagar, o que, além de representar mais uma prova inequívoca da sua boa situação financeira, representa também um forte contributo para o reforço da liquidez das empresas, neste período de grave crise económica, derivado de toda a conjuntura internacional que todos conhecemos. De realçar também que o saldo orçamental que transita para 2023 é superior a 5.740.000€, o que faz antever naturalmente também uma boa execução para o ano de 2023. É, neste contexto, também deveras importante realçar que o município tem uma dívida ligeiramente superior a 21.000.000€, a 31.12.2022, pelo que tem ainda uma margem de endividamento superior a 24.400.000€, dado que o limite de endividamento é superior a 45.500.000€. Portanto, neste contexto, de destacar que foi, como todos sabemos, particularmente difícil e exigente, devido, nomeadamente aos efeitos decorrentes da guerra da Ucrânia e também a pressão inflacionista, verificamos uma boa execução orçamental e também, simultaneamente, uma capacidade do município para reagir aos efeitos nefastos destas consequências externas que referi, nomeadamente com várias medidas de cariz económico e social que são relevantes para o município. E neste segmento é também importante referir que se manteve um grande volume de investimento público, nomeadamente através da concretização de investimentos financiados no quadro do Portugal 2020. Já é, digamos, uma tradição deste executivo que o

financiamento comunitário representa uma importante fonte de financiamento, sendo que, neste ano, tivemos uma receita de 5.300.000€ de fundos comunitários, que é naturalmente de aplaudir. Porque é importante para Amarante, isso é evidente, demonstrativo, a proatividade deste executivo no desenvolvimento da nossa terra, destacaria obras emblemáticas como a reabilitação do bairro Cancela de Abreu, a recuperação do Solar dos Magalhães, o Cine-Teatro de Amarante e diversos projetos, também no âmbito do PAMUS, do POSEUR, do PROVERE, entre tantas outras obras que poderiam naturalmente ser enumeradas e que são extremamente importantes para a nossa terra. Neste sentido, convém também salientar que se registou um conjunto de projetos nas nossas freguesias e com apoios diretos que são importantes para as nossas instituições sociais, culturais e desportivas, demonstrado naturalmente aquilo que também já é apanágio deste executivo, ao longo dos últimos anos, de promover efetivamente o equilíbrio e a coesão do nosso vasto território, tratando todas as freguesias com respeito e demonstrando que para este executivo não há freguesias de primeira e freguesias de segunda, os amarantinos são todos tratados com o mesmo respeito e igualdade. É assim que tem que ser, é isso que o povo amarantino nos diz. Em suma, Amarante está claramente no caminho do desenvolvimento e do progresso, espero que assim continue, pois, estes números permitem-nos, claramente, olhar com bastante otimismo e confiança para a concretização do ambicioso programa de investimentos e desenvolvimento da nossa terra. Como tal, senhoras e senhores deputados, é inequívoco que as demonstrações financeiras, como até já nos foi referido pelo revisor oficial de contas, representam de forma verdadeira e apropriada, em todos os seus aspetos materiais, a posição financeira do município. Portanto, naturalmente que o sentido de voto da bancada do PPD/PSD será o voto favorável à aprovação do relatório de gestão e dos documentos de prestação de contas do ano de 2022.” -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Esta prestação de contas é do exercício orçamental de 2022, relativa ao orçamento aprovado em 2021, pela maioria do PSD-CDS e que não mereceu, na altura, o voto favorável do PS. E parece-me que este relatório diz exatamente a execução que o PSD e o CDS queriam do orçamento de 2022, que tinha uma receita estimada de 53.450.000€, a que acresceu a transição da conta de gerência de 6.600.000€, que faz uma estimativa de receita na ordem de, mais ou menos, 60.000.000€. Vimos que a despesa ficou aquém daquilo que era a execução pretendida, principalmente quando podemos observar aquilo que é a mensagem

do senhor Presidente, que eu gosto de ler, quando diz o seguinte: *a atividade municipal de 2022 desenvolveu-se num contexto de grande instabilidade económica, tendo-se registado aumentos dos custos de energia e combustíveis, com efeitos na generalidade dos bens e serviços para valores nunca antes atingidos e que conduziram o país a níveis de inflação que não registava há muitos anos* – que nós subscrevemos integralmente. E atento a esse argumento, consideramos que a execução da despesa teria de ser muito superior ao que foi. Contudo, pelo que podemos observar na leitura do documento, ficou muito aquém do previsto inicialmente, tendo alguma disponibilidade orçamental. Não percebemos porque é que essa disponibilidade não se concretizou na realização dos investimentos propostos ou, em alternativa, ter mais empenho em levar a cabo uma verdadeira transferência de competências para as juntas de freguesia ou para o apoio mais robusto à comunidade em geral, neste momento mais difícil que atravessam as famílias, tal como diz a mensagem do Senhor Presidente, atendendo à crise inflacionista provocada pela guerra na Ucrânia - sim, porque os preços não aumentaram só para a Câmara Municipal. Este fundamento agora apresentado pelo senhor Presidente, na sua mensagem, reforça inequivocamente as propostas que o PS apresentou, em sede de discussão do orçamento municipal deste ano, para ver traduzidas o aumento de transferências para as juntas de freguesia e políticas que apoiassem diretamente as famílias, principalmente as mais desfavorecidas, os jovens e as empresas, naquele conjunto vasto de propostas que apresentámos em sede de discussão orçamental. Sendo certo que houve uma ténue melhoria nos protocolos com as juntas de freguesia, contudo, muito aquém das verdadeiras necessidades, como todos os senhores presentes junta aqui presentes podem confirmar. As juntas de freguesia vivem com um garrote financeiro que não lhes permite ir além do essencial e a Câmara Municipal, atendendo a esta folga, se assim pudermos chamar, não conseguiu executar, poderia ir mais além, disponibilizando a essas juntas mais meios para uma verdadeira coesão territorial. Senhor Presidente, convido-o a seguir o exemplo do governo central, que tem vindo constantemente a dotar o município de mais capacidade financeira e mais autonomia para levar a cabo o desenvolvimento do país num todo, porque percebe que quanto mais proximidade houver entre o decisor e o cidadão, mais eficaz é o investimento. Sendo certo que os municípios são eficazes se não tiverem uma visão redutora nas estratégias de desenvolvimento, assentes apenas na resposta do como posso fazer projetos, apenas porque sim, apenas porque há fundos. Os municípios devem centrar-se numa abordagem mais transformadora, procurando responder a cada projeto, a cada ideia, com o «porquê?» ou o «para quê?». Os

autarcas devem promover verdadeiros ecossistemas de pensamento e reflexão com os parceiros - presidentes de junta, desde logo, e com as oposições, que deviam ser mais ouvidas -, procurando soluções para a resolução dos vários problemas. Por isso, não temos percebido a teimosia da Câmara Municipal em centralizar as suas decisões, não permitindo às oposições e aos eleitos promoverem uma verdadeira transformação social, que nos impulsionem para tirar Amarante de alguns indicadores muito pesados. Por exemplo, os indicadores demográficos, que são absolutamente dramáticos, como apresentados na Carta Social que o município aprovou na última Assembleia Municipal. Não estamos a ser fatalistas, mas reparamos que todas as freguesias de Amarante perderam população nestes últimos dez anos, à exceção da freguesia da Lomba, que teve um ténue aumento, é certo, sendo que algumas freguesias perderam, em apenas dez anos, cerca de um quarto da sua população, muito superior à média nacional e à média da região; um facto, no mínimo, muito preocupante. Portanto, temos de construir soluções conjuntas, para inverter esta calamidade. O senhor Presidente tem dito que tem muitos projetos, estratégias, *masterplans*, mesmo que pouco discutidos, ainda bem que existem. Mas, senhor Presidente, o que verdadeiramente precisamos é que esses projetos estratégicos saiam do papel. E se forem bons para os cidadãos, que sejam executados o quanto antes, aproveitando a disponibilidade que o atual governo tem tido. Aliás, o documento apresenta-nos um ponto essencial, que são os indicadores orçamentais da página 31, que convido todos a ler, até porque faz refletir o papel das freguesias. Podemos ver nesse quadro comparativo, a evolução dos indicadores orçamentais e preocupa-nos a redução das despesas de investimento *per capita* de 46€ por habitante, em relação ao ano anterior, por exemplo. Sabendo que há mais receita do que despesa - também está plasmado nesse quadro - e não está a ser aplicada, basta observar o rácio por habitante. O que quer dizer que podemos proporcionar mais e melhores serviços e apoios aos cidadãos, bem como estratégias diferenciadoras para o desenvolvimento do concelho. Com isso, resta-me apenas referir que o documento analisado é o relatório do exercício aprovado e executado, da inteira responsabilidade do executivo PSD/CDS, que governa o município de Amarante, pelo que, com estes considerandos, o PS vai abster-se na votação. E não percebo alguns risos cínicos quando se fala da transferência orçamental do Governo. Porque basta fazer este exercício tão simples, e ainda deve estar por aí, presumo eu, o senhor revisor oficial de contas, que poderá fazer esta explicação muito simples, pega no ano em que tomou posse e vejam se o aumento não foi exponencial, não só neste município, mas em todos. Quando falo de estratégias de habitação, o governo

podia centralizar isso, mas não, descentralizou as estratégias locais, que todos, ou quase todos, os municípios assinaram. Tal como no município de Amarante, todos os quadros que têm sido feitos são, de certa forma, para agregar, na construção de um país melhor, porque quanto mais próximos estamos, mais desenvolvemos.” ----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Já estamos habituados a esta narrativa de «quase realidade virtual». Na minha opinião, acho que o governo central não é exemplo para ninguém, mas é a sua opinião, que respeito. Senhor Presidente da Câmara, continue na sua teimosia de executar 97,23%, duma receita total de 56.000.000€, que, apesar das dificuldades, cresceu mais 3% que no ano anterior; continue na sua teimosia de executar 87,02% da despesa total de 56.000.000€, ou seja, executou mais 5% do que no ano anterior; continue nesta teimosia a favor de Amarante, a bem da nossa terra, onde é notório o que está a ser feito. Portanto, esta narrativa de que não há plano, não há estratégia, não há nada, é a narrativa a que nós estamos habituados. Porventura, a nível central, influenciada pelos múltiplos *spin doctors*, contratados pelo nosso Governo, também a nível local parece que já seguem a mesma coisa. Seguem a mesma retórica de realidade virtual de que está tudo muito bem. O governo faz tudo bem, mas nós vemos o que é que está a acontecer no país, em todos os aspetos. Isto é notório, não vale a pena dizer muito sobre isto, porque é objetivo, é fático o que nós ouvimos todos os dias, nos telejornais. *Está tudo bem, faz tudo bem, anunciamos, prometemos e não cumprimos, não fazemos.* Mas, o país está cada vez pior, infelizmente. É com tristeza que o digo, porque isto afeta-nos a todos.”-----

-----**O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Eu não vou fazer grandes alocações sobre este documento que aqui é apresentado, até porque tenho outros colegas de bancada que estão melhor preparados que eu para o fazer, mas não poderia deixar de cá vir, por causa desta afirmação que foi agora falada e também há pouco foi proferida pelo revisor oficial de contas, tem a ver com a execução orçamental, que está na casa dos 97%. Ora bem, vamos aqui, de alguma forma, desmistificar algumas coisas: uma coisa é a execução orçamental da receita *versus* despesa; outra coisa é a execução orçamental daquilo que foi planeado e previsto nos documentos previsionais, que aqui são aprovados, em dezembro, e aquilo que é executado ao longo do ano. Ou seja, se eu tiver uma verba prevista para fazer uma determinada rua, por exemplo, de 100.000€, e se essa rua me custar 200.000€, ao longo do ano, faço revisões

orçamentais, faço alterações orçamentais e reforço as respetivas rubricas e obviamente, ao gastar 200.000€, a execução é de 100%. Contudo, houve um diferencial de 50% daquilo que foi inicialmente previsto e daquilo que foi depois verdadeiramente executado. Portanto, este indicador da execução orçamental de 90% é um indicador falacioso. Eu até sugeria que deixássemos de o utilizar porque, de facto, podemos estar aqui a falar de coisas completamente diferentes daquilo que é a tal realidade virtual, que me parece que estamos aqui a falar.” -----

-----O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“Em complemento das palavras do senhor deputado que anteriormente falou, eu gostei de ver e percebi que estes relatórios cada vez são mais exaustivos, ainda bem. Naquele quadro que eu vos disse, do investimento *per capita*, que verdadeiramente interessa aqui explorar, ou seja, o investimento por habitante, quanto é que estão a investir em despesas de investimento, vê-se que há uma quebra significativa de 2021 para 2022. Mas, por falar em narrativas, dizer que o governo central de Lisboa tem feito ou não tem feito, eu deixo só umas pequenas notas sobre aquilo que tem feito e que, certamente, o senhor Presidente da Câmara agradece todos os dias. Por exemplo, a criação da Linha BEI. Foi a Câmara Municipal de Amarante que a criou ou foi o governo central de Lisboa que permitiu que as autarquias pagassem a comparticipação nacional com juros de reduzidos e que, ao mesmo tempo, esses não contassem para o limite de endividamento? Sim, porque no passado havia essa limitação; sim, porque havia uma redução efetiva e houve um aumento da comparticipação nacional que estava muito aquém, para que as autarquias conseguissem executar. A transferência de competências, também foi a Câmara de Amarante, por si só, que viu transferidas competências, na área social, na área da saúde, na área da educação, toda essa autonomia para poderem fazer mais e melhor, com os envelopes financeiros? Estou certo que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, que assinou esses memorandos estava, afinal, muito desgastada com este *centralão* do governo de Lisboa. Transferências financeiras diretamente do orçamento de Estado, convido todas as pessoas para fazermos um debate, que até pode ser público, com todos os partidos, porque é bom que a população saiba qual é a transferência por habitante, desde que o CDS-PP e o PSD tomaram posse no Município de Amarante, em comparação com o passado. E dizem-me que são os aumentos de custos, é certo, mas também são acima desses aumentos de custo, o que não acontece com a revisão dos protocolos. Depois, a legislação amiga do investimento, comparem os fundos comunitários no passado com os fundos comunitários que agora estão disponíveis. Ou então

estamos a aprovar documentos falsos. Reparem, eu ajudei a aprovar uma estratégia local de habitação, no valor de 71.000.000€. Estamos a brincar com isto? Ou será que a Câmara de Amarante é que descobriu uma mina de ouro e tem este dinheiro todo para fazer estes investimentos? Vocês ainda se lembram certamente de um governo que passou por aí - e eu vou nessa narrativa -, através da *troika*, em que, por cada dois funcionários públicos que saíam, entrava um. Comparem o quadro de pessoal à data de hoje. Comparemos, por exemplo, com os municípios vizinhos - eu sei que não gostam de se comparar com os vizinhos -, quando o número de funcionários da Câmara Municipal de Amarante por cada mil habitantes é de dezasseis, sendo a média da CIM-TS de treze. A Câmara Municipal tem instrumentos, tem capacitação, porque alguém o deu certamente. E quando vêm aqui dizer que esses senhores de Lisboa não dão nada, desculpem, olhem para os dados e quando estiverem a propor documentos, promovam então documentos que sejam fidedignos, porque senão aquilo que acabei de dizer da estratégia local, por exemplo, é falso.”-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Como sabem, quando se fala da *troika*, eu venho sempre falar, porque acho que é uma atitude extremamente cínica do Partido Socialista. Falam sempre na *troika*, quando a mesma foi resultante da quase bancarrota a que o governo socialista, de José Sócrates, levou o país; foi resultante da quase bancarrota a que o governo socialista, de José Sócrates, levou o país; foi resultante da quase bancarrota a que o Governo socialista, de José Sócrates, levou o país. É preciso repeti-lo e que isto seja falado, em todo o lado, porque esta é uma atitude cínica, dado que estivemos a governar, durante quatro anos, com uma *checklist*, para receber dinheiro, ao fim de dois ou três meses, quando agora vem a rodos e nem sequer o conseguem gastar. Sim, é verdade, era com uma *checklist*, de três em três meses, que nos foi imposta, para reparar o que outros fizeram. E ainda vêm aqui falar da *troika*, isso não se admite. É uma atitude política do mais cínico que há e, por isso, onde eu estiver e sempre que falarem nisto, nem que esteja com os pés para a cova, hei de sempre falar nisto. Se tivessem vergonha, politicamente, não deviam falar disso. Deviam era elogiar o Dr. Pedro Passos Coelho e o seu governo, que nos tirou da bancarrota, por causa da *troika*. Quanto aos fundos europeus, vou dizer-vos que eu estava, precisamente aqui, sentado, e o então Presidente da Câmara, do Partido Socialista, dizia: - *eu não vou malbaratar os fundos dos contribuintes europeus*. Era a justificação que dava, para não recorrer aos fundos europeus. O senhor deputado sabe disso, está gravado, com certeza

que sabe disso. Não recorria a fundos europeus, estivessem disponíveis ou não estivessem e, portanto, vão ver qual foi a utilização de fundos, nessa altura, e qual é a utilização de fundos agora. E por aqui me fico, porque haveria muito mais para dizer, mas não me apetece.”-----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Eu parece-me que falei alto, mas ninguém me ouviu. A Linha BEI, por exemplo, não existia, nessa altura. Quando fazíamos os projetos de candidatura, tinha que ser de comum acordo, às vezes acordos intermunicipais. Agora, não. Vocês já viram as competências que o governo acabou de atribuir às comunidades intermunicipais e às CCDR’s? Não conseguem ver isso? Eu nem vou falar nessa narrativa de malbaratar o dinheiro público que era da comparticipação nacional. Antigamente pagava-se mesmo uma comparticipação nacional, dos cofres do município. Não é como agora. Agora, tem que se pagar, mas é com o endividamento através de uma linha disponível para esse facto. Ou a Câmara Municipal não quer ou não tem utilizado essa linha? Portanto, é natural que os projetos agora se façam, porque há mais fundos. Eu sei que vocês não gostam muito do António Costa, mas foi ele mesmo que foi negociar o PRR, foi mesmo ele que o trouxe, um dos maiores quadros financeiros de sempre e que está a ser executado. E se não está a ser executado é porque as câmaras não o estão a executar. Façam mais rápido, apresentem mais projetos, façam uma agregação, digamos assim, de vontades e, assim, certamente, vão executar muito mais. Mas eu, na última Assembleia, disse aqui uma listinha infundável de obras que foram concretizadas, mesmo com essas dificuldades do passado, como o não ter funcionários, porque não os podia contratar, ter limitações na autonomia, menos acesso a fundos comunitários; foram várias as que falei, na última Assembleia e, se quiserem, podem ver outra vez a ata.”-----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Gostava de ditar para a ata o seguinte endereço, por favor: www.european-union.europa.eu, do Banco Europeu de Investimento. Funções de financiamento de projetos que contribuam para a realização dos objetivos da União Europeia, tanto dentro como fora da mesma; presidente Werner Hoyer; o Conselho de Administração, composto por membros de cada país da União Europeia, mais um da Comissão Europeia, criada em 1958, no Luxemburgo. O BEI levanta dinheiro nos mercados de capitais e empresta em condições favoráveis para projetos que apoiem os objetivos da União Europeia. Cerca de 90% dos empréstimos são

concedidos para investimentos dentro da União Europeia. Nenhum do dinheiro emprestado pelo BEI provém do orçamento da União Europeia. Portanto, também parece que o que aqui estamos a falar não é propriamente uma medida do governo. O governo é o intermediário, não foi buscar nenhum ao orçamento, nem um cêntimo do dinheiro que tem arrecadado a mais em impostos. Há pouco queriam falar de factos, sim, venho cá com factos, mas causa tanta comichão, estamos a ficar complicados. Porque, de facto, o que acontece é que o governo, até para isto, não fez mais do que ser um mero intermediário, porque o governo não pegou em nenhum cêntimo do aumento da arrecadação de receita fiscal que tem tido, por exemplo, para entregar aos municípios, que têm sido e que foram, até durante a pandemia, o garante da estabilidade de muita gente, como todos nós sabemos. O governo não tem feito mais do que a sua obrigação e se aumenta transferências para o município, não o está a fazer na proporção que deveria fazer, se compararmos também o aumento do custo de vida e das exigências que os municípios têm hoje. E também ninguém tenha dúvidas, neste país, de que há muitas e muitas circunstâncias em que os orçamentos seriam muito melhor geridos se fossem entregues aos municípios - pela proximidade local -, do que diretamente pelo governo central. Não vá um dia destes um adjunto qualquer lançar mais alguma mensagem."-----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Podem ir mesmo a esse endereço ver quem é que negociou a Linha BEI. Foi também a União Europeia, afinal, que disse que este endividamento, ou esta linha, não contava para o limite da dívida, ou foi mesmo António Costa? Porque isso faz toda a diferença, faz a capacitação dos municípios poderem executar. Pegando nas palavras do senhor deputado Carlos Carvalho, é lógico o que ele acabou de dizer, que o governo é um mero intermediário, a Câmara Municipal de Amarante também é um mero intermediário das políticas do governo e, portanto, só executa o que o governo diz para executar."-----

----- **O senhor deputado Carlos Carvalho, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Quando se perde a razão, atira-se sem solução e o que aqui acabamos de ver foi isso, mais uma vez. Porque comparar a questão da Linha BEI - que erradamente foi referida, porque não é uma linha do governo - com aquilo que a autarquia faz, esta e as outras, como sendo um mero reflexo daquilo que o governo diz para ser feito é vivermos num mundo completamente irreal e que não está ajustado àquilo que é Portugal. Porque não foi o Governo que planeou as obras

que nós temos tido em Amarante e, por acaso, acho que na última Assembleia Municipal, tiveram a amabilidade de lhe oferecer um boletim municipal, com todas as obras feitas. Não sei se já reparou, mas, com certeza, não foi o governo central que indicou que Amarante precisava daquelas obras e que veio junto do município dizer: - *façam estas obras*. Portanto, se nós continuamos aqui a querer atirar areia para os olhos dos amarantinos, a vir fazer uma oposição sem ideias, simplesmente a denegrir o trabalho que tem vindo a ser feito, vamos às comparações, como já fizemos algumas vezes. Vamos ver quem é que tem atraído investimento, quem é que tem feito obra, que está à vista de quem quer ver; quem é que tem colocado Amarante numa posição em que não estava, há muitos anos. É inegável, por mais que tentem vir com retórica e com argumentos que, depois, os factos acabam por mostrar que não são bem assim. Estamos entendidos, acho que a oposição se continua a armar de pólvora seca, enquanto nós continuamos a ter Amarante projetada para a frente, a procurar responder aos desafios que, hoje em dia, temos pela frente, e, acima de tudo, a modernizar-se, como não se modernizava há muito e muito tempo. É isto que nós temos e contra factos não há argumentos.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu penso que estamos a perder demasiado tempo aqui nesta Assembleia Municipal a falar de poder central e do governo e a falar menos de Amarante, que é isso que nos devia preocupar. Em todo o caso, penso que aquilo que ficou esclarecido, o que o meu colega Cândido Zoio quis referenciar, com a Linha BEI, foi que esta não contava para efeitos de endividamento e a Câmara tem recorrido a financiamento do BEI. E, por isso, é que tem estes vinte e tal milhões de euros de capacidade de endividamento, porque parte do BEI não conta para o endividamento, mas tem que ser pago. É a mesma coisa que estarmos a pagar vários empréstimos e podermos contrair mais empréstimos, mas uma parte conta para efeitos desses limites, outra parte não conta. Penso que a história se resume a isto e, de facto, o que é certo, é que os municípios têm beneficiado com isso. Portanto, eu penso que esta questão da Linha BEI está resolvida. Relativamente à questão da transferência de competências ou, pelo menos, daquilo que é a vontade dos municípios, daquilo que são as estratégias do município que dependem ou não dependem do governo, a verdade é esta, o que temos assistido é que o Município de Amarante não tem feito obra absolutamente nenhuma sem ter financiamento externo, porque com as receitas próprias, parece que não há dinheiro para fazer qualquer tipo de obras, a não ser fazer a gestão corrente, porque tudo o resto está dependente de financiamento, deste ou daquele fundo de investimento.

Obviamente, se podemos recorrer a isso, recorreremos. Quantos projetos de competências próprias do município estão parados, porque estão à espera de financiamento externo? É uma opção legítima, o que é certo, é que de facto, essa capacidade de endividamento, essa capacidade de se endividar junto de linhas de financiamento nacionais e europeias, o Município não tem deixado de o fazer, ainda que, muitas das vezes, muitos dos investimentos que são necessários no município estejam á espera, *ad eternum*, para que se concretizem. Relativamente à questão da transferência de competências, que são sempre insuficientes para os municípios, também faço aqui algum paralelismo com a transferência de competências para as freguesias, que agora teve um aumento de 10%, penso. O que é certo, é que de 2015 para cá, só em custos com o pessoal, houve um aumento de 40%. Portanto, com isto me fico, senhor Presidente, os senhores presidentes de junta que digam o resto, se quiserem.” -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Só para esclarecer que aquilo que eu disse é que a Linha BEI é um instrumento que foi criado em negociação com o governo. Também dizer, e para concluir mesmo, porque eu também não quero falar demais sobre obras e obrinhas, festas e festinhas, como era antigamente, mas, por acaso, estive a ler atentamente o boletim municipal e não encontrei lá aquela obra do Parque, de 2013; portanto, pode ter sido algum erro de impressão, se tiverem e me puderem fazer chegar, agradecia.”-----

----- **O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Senhor deputado, eu peço-lhe encarecidamente que interceda junto do seu governo - como sabe, há um processo judicial em curso – que diga ao seu governo para o libertar. É claro que agora está a um ano das eleições, eventualmente vão libertar – se lá chegarem – para fazer como, por exemplo, em Vila Real, que, em três meses, desbloquearam o processo. Será por Vila Real ser de uma cor diferente? Não sei se é ou se não é. Mas não libertem aquilo a meia dúzia de meses das eleições, porque aí já há reserva mental, está a perceber, senhor deputado? O senhor disse aqui uma coisa certa, tiro-lhe o chapéu, que com receitas próprias nem em cem anos se faria o que se está a fazer, como é evidente. Por isso é que antigamente não se fazia, senhor deputado, porque queriam fazer com receitas próprias, mas nem em cem anos o fariam. Se vocês não queriam recorrer aos fundos europeus, pelo caminho causaram uma moessa muito grande a Amarante, pois estivemos vinte e cinco anos nas trevas, e isso paga-se. E vai continuar a

pagar-se por muitos anos, porque, ao contrário do que o senhor diz sempre, os municípios à volta recorreram a fundos europeus. Na altura tínhamos uma tabela e nós estávamos cá no fundo, os outros estavam todos lá em cima, independentemente da cor; recorreram aos fundos europeus e nós não recorremos. Como é que isto estaria se fosse apenas com receitas próprias? Na altura não recorreram, não quiseram malbaratar os fundos europeus. Era essa a atitude, não recorrer a fundos europeus, era a atitude vigente e o senhor tem que reconhecer isso, quem é que não reconhece isso? É uma questão de bom senso.” -----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Cunha, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- Meus senhores, eu queria só chamar a atenção que aqui uma discussão brilhante, feita de enormíssimas repetições, com toda a gente a dizer o que quer dizer, volta a dizer o mesmo e não saímos daqui, até amanhã de manhã, pelos vistos.” -----

----- **O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

----- Senhor Presidente, as intervenções de cada deputado são as intervenções que cada deputado entende fazer e, portanto, essa avaliação de mérito penso que não lhe cabe a si fazer. Em todo o caso, gostaria só de dizer que, tal como o Dr. António Araújo, sempre que ouve falar da *troika* e não resiste a vir cá defender o período do governo de Pedro Passos Coelho, também quando ele fala do tempo do Dr. Armindo Abreu, do Partido Socialista, não é por ele dizer uma mentira várias vezes que ela se vai tornar verdade. Quando diz que o município não fez obra, que não recorreu a fundos comunitários, enfim, há umas assembleias atrás elencou aqui um conjunto de obras que o atual executivo fez em Amarante, como se no passado nada tivesse sido feito. Pois bem, eu vou fazer também esse exercício, agora. No tempo do Partido Socialista, onde não havia financiamento, não havia, pelos vistos, dinheiro para fazer nada, vamos começar a fazer um pouco exercício: começar ali nas piscinas, na Av.^a General Silveira, passar pela Casa da Juventude, passar pela central de camionagem, ir ao Estádio Municipal de Amarante, ir ao Estádio Municipal de Vila Meã, ir às Piscinas de Vila Meã, ir à Casa da Cultura, aos pavilhões desportivos do Concelho e Escolas. E mais, se lhe der vontade de ir à casa de banho, o senhor deputado António Araújo pode ir à casa de banho, pode puxar o autoclismo à vontade e pode lavar as mãos, porque há saneamento em todo o território, coisa que os outros municípios não tinham.” -----

----- **O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Eu vou tentar ser conciso, porque acho que esta é uma discussão em que aprendi pouco. Peço desculpa por dizer isto, com toda a frontalidade, mas há aqui um ou outro esclarecimento que eu julgo que importa fazer. Primeiro, o orçamento municipal e as grandes opções do plano são documentos previsionais, os quais são elaborados num quadro macroeconómico, com as variáveis conhecidas na altura. Se são previsionais, ao longo do tempo vão-se ajustando, ou para cima ou para baixo. A incorporação do saldo de gerência assume uma forma de modificação orçamental, neste caso incremental, assim como, depois, há algumas alterações que vamos fazendo. Por isso é que o orçamento apresentado era de 53.450.000€. Depois, com os incrementos ou as diminuições, passou para 56.000.000€. Os senhores sabem o que é uma previsão, por isso acho que é lamentável estar aqui com bandeiras, porque é um orçamento previsual. Já agora, vêm aqui todos fazer contas mirabolantes, se fossemos a pegar naquilo que foi a apresentação, nós tínhamos tido uma execução de 91,5% e não de 87,02%. Já que querem ser rigorosos, sejam rigorosos, porque foi isso que aqui foi votado. Mas depois é assim que funciona, aqui e nas restantes câmaras municipais deste país, vai-se ajustando o orçamento. Andarem aqui sempre com essas coisas, desculpem, mas realmente não acrescenta nada. Mas deixem-me só fazer duas ou três considerações. A estratégia local de habitação, quando foi apresentada, não havia PRR, mas nós assumimos que íamos avançar com 40%. Não havia financiamento a 100%, nós assumimos que queríamos avançar com 40%. Portanto, não venham dizer agora que o Estado fez. Não, houve obviamente uma política, e bem, em que o PRR permite que possa haver um incremento e, obviamente, a Câmara Municipal já não precisa de suportar os 40%. E, dessa forma, vai aproveitar essa disponibilidade, fruto de uma deliberação tomada, e bem, na União Europeia. E, já agora, deixem-me dizer outra coisa, eu não quero entrar na *troika*, mas, ainda hoje o mostrava, estava aborrecido, porque nós ainda somos penalizados pela dita *troika*, através do IVA da energia, por exemplo. Continua a ser uma medida que a *troika* impôs e que não foi retirada. Repare que nós tivemos mais de 2.000.000€ de incremento, este ano, que eu espero vir a poder reduzir algo até final do ano, mas é uma estimativa. Temos o IVA a 23% nas refeições escolares, que também devia já ter sido retirado. Foi uma medida da *troika*, mas, no entanto, continuamos a ser penalizados, já para não falar das remunerações dos autarcas, que também tiveram um corte. Foi um corte da *troika* e nem sequer há honestidade política para repor, o que acho miserável. Seja este governo seja que governo for, devam assumir a sua responsabilidade e não assumem. Portanto, cabe aos municípios aproveitarem, ou não aproveitarem. Eu aproveito tudo, enquanto cá estiver, vou

aproveitar tudo, é verdade. Nesta Assembleia, um senhor deputado, com toda a eloquência, disse que para fazer obras tem que ir a financiamentos e linhas comunitárias, é verdade. Pois tem, não há outra forma de o fazer, a não ser que comece a taxar tudo, a aumentar o IMI, a aumentar brutalmente tudo que é impostos, para poder ter cobertura e ter sustentabilidade em tudo. Mas nós não o fazemos e continuamos a tentar manter as taxas mínimas. É um compromisso que todos assumimos. Não sou eu, somos todos. Mas depois não podemos vir aqui dizer, como donos da verdade, alto e em bom som: - *porque os senhores só conseguem com o recurso a financiamentos*. É verdade, se forem ver as muitas obras que fiz - e espero ainda fazer algumas até terminar este mandato - foi fruto da capacidade que houve de as equipas técnicas fazerem projetos, os tais projetos que eu tenho em carteira, tenho, sim senhor; outros em desenvolvimento e, ainda, outros que irei lançar, para fazer ainda neste mandato. E espero que, no próximo mandato, quem vier a seguir a mim tenha capacidade para o fazer, porque é assim que há desenvolvimento. Já gastei quase 4.000.000€ a comprar terrenos e espero, até final do meu mandato, gastar, pelo menos, mais 1.500.000€ a comprar mais terrenos, para que, quem vier a seguir, possa continuar. Se calhar, vai ser necessário recorrer a financiamento comunitário, porque precisamos de zonas industriais. E vou fazer esse investimento, recorrendo, obviamente, a empréstimo bancário, esperando que, fruto destas iniciativas que estão a acontecer na Câmara Municipal de Amarante, possa seguir-se um mandato, em que o senhor Presidente da Câmara que estiver no exercício de funções, nessa altura, possa dizer que já tem receita suficiente, porque há mais receitas provenientes da derrama, porque há mais investimento, porque há mais pessoas, etc. É isso que nós temos que fazer, meus senhores. E os senhores podem criticar, mas o maior orçamento da história do município de Amarante, foi este; critiquem, mas não podem é negar que foi o maior investimento de sempre da Câmara Municipal de Amarante, é factual. Não é bandeira política, não é nada, é factual, é a vontade de continuar a fazer e isso é algo que vocês, por mais que falem, não me podem tirar, eu vou continuar a fazer aquilo para o qual fui eleito e aquilo com que eu me comprometi. É verdade, o parque da florestal não foi feito, veja-se lá porquê? E deixem que fique registado em ata: por perseguição política, ponto. É lamentável e desonesto, mas é o que é. Neste momento - vejam o caricato da situação -, em que agora, sim, eles querem que ali se possa fazer trabalho, porque não têm dinheiro, nem para pregar um prego - como sabem, vinham lá uns milhões, afinal já não vêm milhões nenhuns e já não terão capacidade para executar o projeto, até junho do corrente ano, ou até setembro, porque nem sequer projetos têm. Analisem os tais milhões que

andaram aí nas parangonas, mas, afinal, não têm capacidade para executar o dinheiro. Mas não interessa, o Município de Amarante, apesar destes atropelos, está disposto a colaborar, porque em primeiro lugar está Amarante. E não me interessa aquilo que de mal fazem, eu tento é ultrapassar. Fico obviamente com as coisas guardadas para mim e gostaria muito que aquele parque florestal fosse devolvido aos amarantinos, porque merecem que lhes seja devolvido. Não sou só eu a dizê-lo, são todos os amarantinos de bem, que querem que aquele parque lhes seja devolvido. Mas o que é certo é que ainda há uma sentença ou um apontamento em alguns departamentos, não sei onde, mas veio de Lisboa, a dizer: - *Calma, isto não é para fazer, porque é a Câmara.* Foi-me dito numa reunião, bem recentemente, eu até me comecei a rir. Eu até disse a um técnico do ICNF, numa última reunião, que tinha que avisar, porque a senhora diretora recusa-se a vir aqui falar comigo, ou, pelo menos, tem sempre uma agenda muito preenchida, nunca pode vir. Mas não interessa, eu falo com os técnicos, não tenho nenhum problema em falar com os técnicos. E acho piada porque eles querem, efetivamente, que agora se faça, mas a norma, lá em baixo, está feita. Porque, senhor deputado, pensar que a Câmara não tem quinhentos ou seiscentos mil euros para fazer aquilo que se propunha fazer, dizer que é por isso que não fiz o parque? Então acha que eu não fazia logo as obras? É preciso ir a Coimbra para perceber que eu, tendo autorização, avançava logo com as obras? É uma questão de perguntarem a quem de direito. Aquela questão de que não assinei o contrato, já a expliquei aqui dez vezes e vou passar a explicar novamente, pela 11ª vez. Caro Dr. António Araújo, não é só o senhor que tem que lembrar aqui algumas coisas para ver se fica na memória, eu vou voltar a dizer aqui que, a um ano das eleições, tínhamos acertado a proposta de transferência, com o ICNF, em que nós pretendíamos, numa primeira fase, fazer uma intervenção no parque, uma solução destinada aos escuteiros, aquela parte dos barracos, ao fundo, para deitar abaixo e fazer um equipamento desportivo. Já tínhamos tudo sinalizado, nós aceitávamos tudo para poder avançar e então veio, e perdoem-me a expressão, a *artistiche*, isso que eu já vos expliquei; veio o protocolo, mas não vinha com a autorização para eu poder arrancar, nesse ano, com a execução das obras, coisas mínimas, em que iria gastar cerca de 300.000€. E, obviamente, eu disse-lhes: - *desculpem lá, eu assino isto, com certeza, mas tem que vir já a autorização para eu executar as obras.* Isto porque, no protocolo dizia que eu tinha de pedir autorização para cada uma das obras. Se já lá tinham todos os projetos, por que razão não vinha já com autorização para os fazer? E eu até disse a um ilustre amarantino, que, na altura, era presidente do ICNF: *então o senhor está-me a pedir agora para eu assinar, sem autorização*

para avançar, quando já lá têm os projetos? Eu não vou assinar, sujeito a, daqui por uns meses, em campanha eleitoral, virem os candidatos do Partido Socialista - vinha também o Secretário de Estado, toda aquela gente, para a fotografia - e eu ter que justificar que não tinha feito obra nenhuma por não estar autorizado. Mas, claro, o que ia passar para a opinião pública era: não, está aqui no jornal, diz que o senhor assinou e não fez nada. Os senhores sabem o que é uma campanha eleitoral e para desmentir algumas coisas é muito complicado. Obviamente, eu também não sou ingénuo, pelo menos tanto quanto isso, pelo que não assinei e os senhores, no meu lugar, também não assinariam. Julgo que estamos esclarecidos relativamente a isso. -----

----- Bem, sobre fundos comunitários, enfim, não vale a pena falar mais, os senhores têm conhecimento do que eu fui fazendo e não vou acrescentar mais nada; a não ser para vos dizer que nem tudo funciona bem e, relativamente à transferência das verbas, ainda agora, há bocado, estava a dar aqui uma nota que, na parte da ação social, já começou com erros, enfim, com um documento antigo e não com aquele que foi assinado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses. Mas tudo bem, eles hão de enviar o dinheiro, porque foi assinado por um montante. Mas dou-vos uma nota que, no âmbito desta estratégia, em junho do ano passado, foi apresentado uma casa, uma daquelas duas habitações que fizemos no bairro Cancela de Abreu, em que juntamos as duas casas, com intervenção no interior, foi sujeita a uma candidatura e, até hoje, ainda não chegou nada. Por exemplo, ali a obra da Avenida General Silveira também foi submetida a candidatura, uma parte, no âmbito do PRR - estamos a falar de 400.000€, num total de investimento de 1.200.000€ -, e ainda não sei se está aprovado. Não sei, não faço ideia, portanto, isto não está a funcionar tão bem como os senhores acham que poderá estar. Uma última nota - e permitam-me que vos diga isto -, fala-se muito que o governo transfere dinheiro, mas, este é um ano muito complicado. O orçamento deste ano, como sabem, ficou amputado de muitos milhões de euros, fruto de várias situações, revisões extraordinárias de preços, custos da energia, entre outros. Ora, o governo aumentou o valor dessas transferências, em 1.600.000€, mas não dá sequer para cobrir os aumentos dos salários. E os senhores ainda dizem que temos que fazer como o governo, senhores deputados? Sejam honestos, eu acho que os senhores deviam era pedir ao governo para transferir aquilo que arrecadou - a maior arrecadação de receitas provenientes de impostos dos últimos vinte e sete anos, só no ano passado. Ou seja, cerca de 38,2% do PIB. É a maior arrecadação de IVA e outros impostos de que há memória. E reparem que a transferência para os municípios e para os

senhores e senhoras que estão aí, que são autarcas como eu, é diminuta. Já falamos sobre isso, é muito pouco, porque mereciam muito mais, mas para isso não há dinheiro. Mas, mesmo assim, na altura, fizemos as contas e demos muito mais às pessoas do que o governo deu para ajustamento. E, já agora, faça-se justiça, porque não basta vir aqui fazer tábua rasa do passado, os senhores sabem perfeitamente que foi a partir da governação da coligação Afirmar Amarante, que houve um incremento muito considerável de transferências para as freguesias. E, portanto, os senhores que gostam de se agarrar ao passado e às grandes obras que então foram feitas, façam a honra este executivo, que aumentou consideravelmente, mas muito consideravelmente, as transferências para as freguesias; e continua com vontade de o fazer e até de incrementar mais, havendo possibilidade, porque eu não espero que me peçam para o poder fazer. Aliás, eu sempre disse isso, desde a primeira hora, que tentarei ser sempre solidário. E sou fiel ao meu princípio, às minhas convicções. Esta é a minha ideologia, não é o PS, nem o PSD, nem seja o que for, são as minhas convicções. A minha ideologia é aquilo que eu penso e aquilo que eu sinto que devo fazer, enquanto Presidente da Câmara, e sou consequente com aquilo que é a minha vontade e aquilo que é a minha ideologia, que é ajudar as autarquias, ajudar os autarcas, porque eles também merecem.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar, conforme proposta da Câmara Municipal, os documentos finais de prestação de contas do ano de 2022, dos quais constam os elementos identificados no ponto B da informação da DFP, bem como aprovar o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2022 e o inventário dos bens, direitos e obrigações do Município, tudo em conformidade com o estabelecido no ponto 4.1 da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, e ainda de acordo com os seguintes elementos que daqueles documentos resultam: -----

----- Balanço-----

----- Total do ativo: 162.065.898,04€. -----

----- Total património líquido/capital próprio/fundo social: 125.634.322,25€. -----

----- Total passivo: 36.431.575,79€. -----

----- Demonstração de Resultados (DR). -----

----- Total de Rendimentos: 40.477.496,28€. -----

----- Total de Gastos: 39.289.239,14€. -----

----- Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC). -----

----- Total de Recebimentos: 48.001.597,18 €. -----

----- Total de Pagamentos: 48.930.420,99 €. -----

----- Desempenho orçamental (DDO). -----
----- Total de Recebimentos: 48.001.597,18 €. -----
----- Total de Pagamentos: 48.930.420,99 €. -----
----- Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental. -----
----- Saldo inicial de operações orçamentais: 6.668.939,73€. -----
----- Saldo final de operações orçamentais: 5.740.115,92€. -----
----- Saldo inicial de operações de tesouraria: 1.890.180,06€. -----
----- Saldo final de operações de tesouraria: 2.255.556,31€. -----
----- Mais deliberou, aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício positivo do ano de 2022, no montante de 1.188.257,14€, em resultados transitados. -----
----- Esta deliberação foi tomada por: 28 votos a favor, 22 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----
----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por 50 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----
----- Seguidamente, por proposta do senhor deputado Cândido Zoio, o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à consideração das senhoras e dos senhores membros da Assembleia Municipal a discussão conjunta dos pontos 4 e 5 da ordem do dia, que mereceu a concordância unânime. -----
----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----
----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----
----- "Como nota inicial, dizemos que, para o Partido Socialista de Amarante, é claro que esta proposta traz um benefício financeiro considerável para o município de Amarante. É este o argumento de peso que influencia decisivamente a nossa concordância. O presente regulamento, agora aqui em debate, e após a sua aprovação, deve ter duas ações de informação importantes. A primeira, junto dos comerciantes de Amarante, explicando as alterações sofridas com a aprovação deste regulamento. A segunda, junto dos trabalhadores, tranquilizando-os que os seus direitos serão garantidos. O Partido Socialista de Amarante deve sublinhar dois aspetos que nos preocupam: que esta operação garanta a qualidade do serviço prestado e que os ganhos resultantes da referida operação sejam transferidos para a diminuição da fatura no acesso à tarifa dos resíduos urbanos. O Partido Socialista. Amarante vai votar favoravelmente esta proposta."-----
----- Terminada a discussão, procedeu-se à votação dos pontos 4 e 5, separadamente.-----

4. Segunda alteração modificativa (revisão) às Grandes Opções do Plano e autorização de repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual – (Registo n.º 2931/2023/04/12);-----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar a segunda alteração modificativa (revisão) às Grandes Opções do Plano e autorização de repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual, de acordo com a proposta da Câmara Municipal.-----

----- Esta deliberação foi tomada por: 50 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por 50 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

5. Plano Municipal de Gestão de Resíduos para aprovação e abertura de procedimento de contratação para a Prestação de Serviços para Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos, Limpeza e Varredura Urbana e Manutenção de Espaços Verdes e dos Trilhos dos Castanheiros e Azenhas, Senhora do Vau e da Ecopista – (Registo n.º 7812/2023/04/03);-----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, na sua redação atual, deliberou aprovar a autorização da despesa para a celebração do contrato de Prestação de Serviços para Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos, Limpeza e Varredura Urbana, e Manutenção de Espaços Verdes e dos Trilhos dos Castanheiros e Azenhas, Senhora do Vau e da Ecopista, através de concurso limitado por prévia qualificação, com publicidade internacional, adotado ao abrigo dos artigos 16.º, n.º 1, alínea d); 19.º, alínea a) e 162.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), nas condições gerais previstas no programa de concurso e caderno de encargos, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de acordo com a proposta da Câmara Municipal.

----- Esta deliberação foi tomada por: 50 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por 50 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 50 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

6. Código Regulamentar do Município de Amarante - Ocupação do espaço

público com esplanadas, estrados, guarda-ventos, toldos, floreiras, vitrinas, expositores, arcas e máquinas de gelados, brinquedos mecânicos, contentores para resíduos e equipamentos similares – (Registo n.º 2616/2023/03/29); -----

----- Inscreveu-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, novamente a escolha política de regularizar e organizar este tipo de atividade, centrada numa imagem mais moderna, refinada e compatível com a cultura, a história e a beleza monumental e paisagística de Amarante, em contraponto ao aspeto rudimentar que atualmente vigora, é uma boa ideia. Não obstante o nosso voto favorável, neste ponto, evidenciamos quatro notas sobre este projeto, que achamos que se deve considerar: um dos quais, onde decorrem atualmente as obras públicas, na cidade de Amarante, o presente regulamento devia ser aplicado apenas quando as mesmas fossem concluídas, pois corre-se o risco do desgaste de materiais e equipamentos, por via do movimento inerente à realização das referidas obras; segundo, é o facto de estarmos em cima da hora da época de veraneio, que cria dificuldades aos comerciantes, devido à escassez de tempo para cumprir com o presente regulamento; terceiro, este regulamento deve salvaguardar que a esplanada não se torne um obstáculo às pessoas com mobilidade condicionada e, de igual modo, que a tipologia não iniba estas pessoas ao usufruto deste espaço e da sua festividade; quarto e último, este projeto podia e devia ir mais longe, defendendo a utilização de materiais e equipamentos ecológicos sustentáveis, com um traço de modernismo e diferenciador do município de Amarante. O PS vai votar favoravelmente a esta proposta.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar a alteração ao Código Regulamentar do Município de Amarante - Ocupação do espaço público com esplanadas, estrados, guarda-ventos, toldos, floreiras, vitrinas, expositores, arcas e máquinas de gelados, brinquedos mecânicos, contentores para resíduos e equipamentos similares, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por: 43 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 43 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por 43 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra 0. Encontravam-se presentes

43 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

7. Código Regulamentar do Município de Amarante – Aprovação do regulamento do Cine-Teatro de Amarante – (Registo n.º 72/2023/01/04).-----

----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar a alteração ao Código Regulamentar do Município de Amarante – Aprovação do regulamento do Cine-Teatro de Amarante, de acordo com a proposta da Câmara Municipal.-----

----- Esta deliberação foi tomada por: 44 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 44 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por 44 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 44 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

8. Taxas devidas pelas lojas do mercado municipal – Não atualização automática, no ano de 2023 - (Registo n.º 2875/2023/04/11). -----

----- Inscreveu-se para usara da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu seguinte intervenção:** -----

----- “Apenas para dizer que o Partido Socialista pretende votar favoravelmente os pontos 8, 9 e 10, sugerindo, portanto, a sua discussão conjunta. -----

----- Também quero esclarecer, na sequência do que há bocado foi dito, que, em 2013, o governo era mesmo do PSD.” -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar a não aplicação, em 2023, das normas do Código Regulamentar do Município de Amarante relativas à atualização automática das taxas devidas pelas lojas do mercado municipal, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por: 48 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por 48 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

9. Cedência de parcela de terreno para integrar o domínio público

municipal, na Rua das Searas, União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – (Registo n.º 1833/2018/02/21).-----

----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar a afetação da parcela de terreno para integrar o domínio público municipal, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por: 48 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por 48 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

10. Cedência de parcelas de terreno para integrar o domínio público municipal, na freguesia de Candemil - (Registo n.º 2908/2023/12/12). -----

----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar a afetação das parcelas de terreno para integrar o domínio público municipal, de acordo com a proposta da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi tomada por: 48 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por 48 votos a favor, 0 abstenções e 0 votos contra. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. -----

11. Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações | Relatório anual | 2022 - (Registo n.º 1296/2023/02/14) – Para conhecimento; -----

----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação. -----

12. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Relatório de avaliação do ano de 2022 – (Registo n.º 2805/2023/04/05) – Para conhecimento; -----

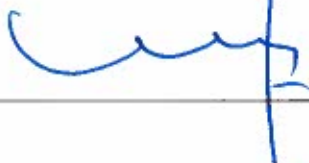
----- Não houve inscrições para usar da palavra. -----

----- O presente assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos.-----

----- Da presente reunião foi lavrada esta ata, que depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 30.06.2023, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____



O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____



O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

